Pedidos de análise de ofertas públicas no acordo da Anbima com a CVM batem recorde em 2025

Foram 49 solicitações, 226% a mais que em 2024 e acima do recorde anterior de 43 protocolos, registrado em 2009

Batemos um recorde em 2025 dentro do acordo de cooperação técnica que mantemos com a CVM para a análise prévia de ofertas públicas de distribuição. Foram 49 ofertas públicas protocoladas para análise da Anbima, superando o recorde anterior de 2009, quando haviam sido analisadas 43 operações. Em comparação com 2024, houve um aumento de 226% sobre os 15 pedidos protocolados naquele ano.

+ Conheça o acordo para análise de ofertas públicas de distribuição

“O recorde na quantidade de pedidos de análise mostra a importância a cada dia maior das nossas atividades em conjunto com a CVM, que também abrangem a agenda de supervisão dos mercados. É um trabalho a muitas mãos, cujos resultados comprovam que estamos no caminho certo”, afirma Zeca Doherty, nosso diretor-executivo.

Firmado em 2008, o acordo de cooperação técnica para análise de ofertas públicas entre regulador e autorregulador permite que ofertas previamente analisadas pela Anbima tenham registro automático na CVM. Essa dinâmica torna o processo mais ágil e eficiente.

“Nossa atuação histórica dentro desse acordo contribui para a celeridade na colocação das ofertas, com processos e entendimentos alinhados com a CVM, o que reforça a solidez do mercado com a chancela da Anbima”, destaca Guilherme Benaderet, nosso superintendente de Supervisão de mercados.

Inclusão dos FIDCs

Entre as 49 solicitações de análise de ofertas pela Anbima em 2025, a maior parte foi de FIIs (fundos imobiliários), com 36 protocolos. Em seguida vieram FI-Infra, com oito pedidos, e Fiagros, com quatro.

Também registramos um marco para a indústria de FIDCs (Fundos de Investimento em Direitos Creditórios): foi protocolado, em 2025, o primeiro pedido de análise prévia de uma oferta pública de distribuição desse produto no âmbito do acordo.

Com a edição da Resolução 175, os coordenadores de ofertas de FIDCs passaram a poder acessar também o público em geral para a distribuição desses produtos, o que gerou demanda pela realização dessas ofertas sob o rito de registro ordinário. Essa mudança regulatória, aliada à crescente demanda do mercado, possibilitou a ampliação do acordo com a CVM para também incluir os FIDCs em seu escopo.

Conheça a matriz de ofertas elegíveis para a análise da Anbima

Além do recorde histórico em número de protocolos, tivemos em 2025 uma avaliação positiva do mercado em relação ao trabalho da associação dentro do acordo com a CVM para a análise de ofertas, com nota média de 9,7 na pesquisa que fazemos com os assessores e coordenadores que participam dos processos.

Oito em cada dez instituições financeiras dão notas acima de 7 para a importância da sustentabilidade

Nossa nova pesquisa revela aumento da maturidade do mercado de capitais na agenda ESG e expectativa de avanço em fundos e títulos sustentáveis

A sustentabilidade segue reconhecida como um tema de grande relevância para o mercado financeiro e de capitais no Brasil. É o que revela a 4ª edição da pesquisa **Retrato da Sustentabilidade no Mercado de Capitais**, que realizamos em parceria com o **Datafolha**. De acordo com o levantamento, 80% das instituições financeiras atribuem notas acima de 7 para a importância do tema, e 63% afirmam que a pauta ganhou mais relevância nos últimos 12 meses.

“O resultado mostra que a sustentabilidade está cada vez mais incorporada à estratégia das instituições, embora avance em ritmos diferentes conforme o segmento ou o porte de cada casa”, diz **Cacá Takahashi**, nosso diretor e coordenador da Rede ANBIMA de Sustentabilidade. “Conhecer os diferentes níveis de engajamento e maturidade é fundamental para desenharmos iniciativas que apoiem efetivamente a evolução do mercado.”

A pesquisa também destaca amadurecimento no entendimento sobre o tema. A maioria das casas (87%) discorda da ideia de que a sustentabilidade esteja restrita à realidade estrangeira. E 74% das instituições não consideram que o assunto tenha sido superestimado, ou seja, recebido mais importância do que deveria.

Perfis 'emergente' e 'engajado' são os que mais avançam e somam 39% do mercado

A pesquisa segmenta as instituições em cinco estágios de maturidade em ESG (questões ambientais, sociais e de governança):

Desconfiado (7%) – Percebe sustentabilidade como obstáculo ao negócio, tem dúvidas e conceitos equivocados sobre o tema (em 2021, eram 4%);

Distante (38%) – Tem visão simplificada do tema, voltada apenas ao meio ambiente (era 35% em 2021);

Iniciado (16%) – Começa a estruturar ações, ainda superficiais e focadas em meio ambiente (era 32% em 2021);

Emergente (28%) – Entende sustentabilidade como compromisso amplo em ESG (era 22% em 2021);

Engajado (11%) – Integra ESG como parte da estratégia, com coerência entre discurso e prática (era 7% em 2021).

De 2021, quando foi feita a última edição, para cá, a principal mudança foi entre os iniciados: o número de instituições nesse perfil caiu pela metade, de 32% para 16%. Os resultados indicam que essas casas migraram para duas direções: parte delas ganhou maturidade, evoluindo para os perfis mais avançados – emergente e engajado – e a outra parte assumiu posturas menos alinhadas ao tema, engrossando os grupos 'distante' e 'desconfiado'.

Embora os grupos distante e desconfiado correspondam a grande parcela do mercado (45%), o principal crescimento se deu entre emergentes e engajados. Juntos, eles subiram 10 pontos percentuais, passando de 29% para 39%, enquanto desconfiados e distantes cresceram 6 pontos percentuais na mesma base de comparação.

Bancos e casas com maior patrimônio sob gestão lideram em maturidade

A análise mostra, também, que a maturidade não é igual entre os diferentes tipos de instituições financeiras. Os bancos são os mais avançados, com 52% concentrados nos dois perfis de maior aderência, o que reflete práticas mais estruturadas. Nesse grupo, por exemplo, 83% publicam relatórios com desempenho ESG regularmente contra apenas 20% das assets e 39% das demais

instituições.

O nível de engajamento também muda conforme o volume sob gestão. Dentre as empresas com maior PL (acima de R$ 50 bilhões), praticamente todas estão no perfil emergente ou engajado, indicando que, quanto maior o patrimônio líquido, maior o engajamento.



O mesmo acontece em relação ao porte: casas pequenas, com até 10 profissionais, concentram 59% dos perfis menos maduros. Já entre aquelas com mais de 51 pessoas, a maioria (53%) está classificada como emergente ou engajada.

Gestoras excluem ativos por mau desempenho em ESG

A pesquisa também traz um recorte específico sobre as gestoras de recursos, que formam a maioria da amostra (74% das instituições respondentes).

O estudo mostra que essas casas vêm incorporando a sustentabilidade às suas políticas, processos e tomadas de decisão. Mais da metade (55%) já conta com políticas formais de investimento responsável e tem alguma estrutura dedicada ao tema (56%). Além disso, 78% consideram fatores ESG na hora de tomar decisões de investimento.

Nesse contexto, quatro em cada dez gestoras afirmaram ter excluído ou deixado de investir em ativos em razão de mau desempenho em critérios ESG. "O movimento reforça como os aspectos ambientais, sociais e de governança impactam diretamente a alocação de recursos, a seleção e a precificação de ativos", explica o diretor.

Outro dado relevante é a evolução na análise das carteiras: a fatia de gestoras que avaliam mais da metade dos ativos com critérios ESG passou de 27% em 2018 para 41% em 2021 e 47% em 2025.

Entre os critérios mais observados na análise ESG, destacam-se transparência (88%), ética (87%), segurança da informação (76%) e qualidade do conselho (68%). Quanto à metodologia, predominam os filtros negativos (negative screening, 46%), seguidos por seleção de melhores práticas (best in class, 41%). Para 51% das assets, a principal motivação é a gestão de riscos.

“Os resultados mostram um mercado mais consciente e preparado para integrar o ESG às suas práticas. O desafio daqui em diante é garantir que essa evolução seja contínua e alinhada às demandas dos investidores, da regulação e da sociedade”, afirma o executivo.

Tendências: casas pretendem estruturar fundos sustentáveis

Segundo a pesquisa, a expectativa é positiva para os próximos 12 meses. Uma em cada três instituições (33%) pretende estruturar ou gerir fundos sustentáveis nesse horizonte, enquanto 26% planejam investir em ou estruturar títulos rotulados ou temáticos.

O interesse crescente acompanha a expectativa do mercado como um todo: 68% dos participantes acreditam que a sustentabilidade terá ainda mais relevância no próximo ano.

Sobre a pesquisa

A 4ª edição da pesquisa Retrato da Sustentabilidade no Mercado de Capitais entrevistou 206 instituições associadas ou que seguem a autorregulação da Anbima para avaliar como percebem e integram as práticas ESG em suas estruturas e decisões. Do total, 74% são gestoras de recursos (assets), 11% bancos e 15% outras instituições (corretoras, distribuidoras e securitizadoras).

A realização da pesquisa faz parte da **Rede ANBIMA de Sustentabilidade** e da agenda institucional do **ANBIMA em Ação**, conjunto de metas que elegemos como prioritárias para este ano.

Conheça o ANBIMA em Ação 2026

O ANBIMA em Ação 2026 é o conjunto das principais iniciativas estratégicas da associação para este ano. Esse planejamento está ancorado em três frentes principais: desenvolvimento de mercados, institucional e transformação. **Confira o plano completo**.

Anbima projeta Selic em 12,5% ao final de 2026

Taxa básica de juros deve se manter em 15% em janeiro e começar a cair gradualmente a partir de março

O Grupo Consultivo Macroeconômico da Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercado Financeiro e de Capitais) prevê que o Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central**vai manter a Selic em 15% ao ano na reunião desta semana** . A expectativa é de que a taxa básica de juros seja reduzida gradualmente ao longo deste ano e **chegue a dezembro em 12,50% ao ano** (ante uma projeção de 12,00% anteriormente).

Para os economistas, **o primeiro corte deve ocorrer na reunião de março** , para 14,75%, e, em abril, a taxa deve chegar ao patamar de 14% ao ano. Depois disso, são esperadas quatro reuniões com redução total de 150 pontos base, terminando o ano em 12,50%.

As expectativas para **inflação, medida pelo IPCA** (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), se mantiveram em 4,0% para 2026.

Na avaliação do grupo consultivo, a depreciação do dólar no mercado global deve contribuir favoravelmente para o balanço de riscos inflacionários no Brasil. Por enquanto, a expectativa para a **taxa de câmbio** ao fim do ano permaneceu praticamente estável, passando para R$ 5,45 ante R$ 5,44.

No debate sobre o **cenário externo**, os analistas ressaltam uma melhora no PIB nos EUA puxada sobretudo pelo segmento de tecnologia. “Diante do fortalecimento da atividade econômica e da redução do desemprego, a expectativa é de que o Fed interrompa o ciclo de cortes de juros na próxima reunião. Ao mesmo tempo, permanece a visão de que o dólar deve seguir enfraquecido no mercado internacional, o que tende a estimular a migração de capital para países emergentes e a consequente valorização das moedas dessa região”, **afirma David Beker, vice-coordenador do grupo consultivo.**

A projeção para o **crescimento do PIB** (Produto Interno Bruto) brasileiro de 2026 continua no patamar de 1,8%. Para o primeiro trimestre, o grupo espera aceleração de 0,70% do PIB, seguida de duas variações de 0,50% nos dois trimestres seguintes, fechando o ano em 0,40% no quarto trimestre.

Na análise da **política fiscal**, os economistas avaliam que a **dívida bruta do setor público** em 2026 ficará em 83,9% do PIB, ligeiramente acima do projetado anteriormente (83,8% do PIB). A estimativa para o **déficit primário** deste ano foi reduzida de 0,62% para 0,60% do PIB

+ Confira todas as análises do nosso Grupo Consultivo Macroeconômico no Boletim Macroeconômico **disponível no** ANBIMA Data

Sobre o Grupo Consultivo Macroeconômico

O Grupo Consultivo Macroeconômico é composto por 26 economistas de instituições associadas à

Anbima. Eles se reúnem a cada 45 dias, em média, sempre na semana que antecede a reunião do Copom, para analisar a conjuntura econômica e traçar cenários para os mercados brasileiro e internacional.

Fonte: Anbima, em 28.01.2026.